

# Demora do BC pode beneficiar acusados

A demora do Banco Central em enviar as movimentações bancárias de oito deputados e dois senadores que tiveram o sigilo bancário quebrado, após a apreensão de documentos da empreiteira Norberto Odebrecht, deverá "beneficiá-los" no relatório final da CPI do Orçamento. A previsão é do deputado Roberto Magalhães, relator da CPI. Ele considera que não haverá tempo de fazer as investigações sobre o envolvimento desses parlamentares no escândalo do Orçamento até o dia 14, quando pretende concluir seu relatório.

O coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama, discorda. Ele diz ter uma alternativa para apressar os trabalhos. Se até hoje as contas não chegarem do Banco Central, solicitará aos próprios parlamentares informações sobre as agências onde têm movimentação financeira.

O senador José Paulo Bisol, coordenador da Comissão de Evolução do Patrimônio e Fiscal, disse que "é só dar duro para apressar a documentação". Ele disse que, na hipótese de não haver tempo, "chegarão ao Ministério Público", que continuará o processo investigatório, depois de concluída a CPI. Essa também é a expectativa do senador Élcio Alvares, integrante da comissão.

Os deputados cujas informações ainda não chegaram à CPI são Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP); Eraldo Tinoco e José Carlos Aleluia, ambos do PFL da Bahia; Geddel Vieira Lima (PMDB-BA); Mussa Demes (PFL-PI); Dario Pereira (PFL-RN), Valdomiro Lima (PDT-RS) e Osmânio Pereira (PSDB-MG), além dos senadores Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE).